

MÃES PRIMÍPARAS E O PROCESSO DE RESILIÊNCIA DA INSERÇÃO DO FILHO NA CRECHE

Jessica Baggio¹
Scheila Beatriz Sehnem²
Ana Paula Rosa³

RESUMO

O nascimento de um filho exige do contexto familiar novas adequações. A experiência da maternidade e a necessidade da reinserção no mercado de trabalho exigem novas opções de cuidadores para essas crianças, e a creche surge enquanto uma possibilidade nesse momento. Esta pesquisa apresenta como tema central o estudo sobre mães primíparas e o processo de resiliência da inserção do filho na creche e tem como objetivo geral identificar quais são os sentimentos vivenciados por essas mães primíparas em relação à instituição creche. Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, que se desenvolveu em uma creche de um município do Meio-Oeste catarinense. Os sujeitos que fizeram parte deste trabalho de investigação foram todas as mães primíparas (seis) que matricularam seus filhos na creche do município no mês de fevereiro de 2016. Os instrumentos utilizados para a realização da pesquisa foram a Escala dos Pilares da Resiliência, EPR (Manual da Escala dos Pilares da Resiliência), e uma entrevista semiestruturada.

Palavras-chave: Mães. Creche. Sentimentos. Resiliência.

1 INTRODUÇÃO

O crescimento e a consolidação da mulher no mercado de trabalho ocasionaram grandes mudanças dentro do âmbito familiar, tornando explícita a necessidade de novas opções para o cuidado alternativo de bebês e crianças pequenas (BELTRAME; DONELLI, 2012). Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego, a participação da mulher no mercado de trabalho tem sido crescente nos últimos anos. Os registros da RAIS revelam que o nível de emprego com carteira assinada para mulheres cresceu 5,93%, em relação ao ano anterior (BRASIL, 2013). Entre 1976 e 2007 houve um acréscimo de 32 milhões de trabalhadoras, ou seja, se em 1976, 29% das mulheres trabalhavam, em 2007 esse número aumentou para 53% (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2007).

Segundo dados do IBGE (2010), no ano 2009 havia cerca de 35,5% de mulheres trabalhando formalmente, 30,9% informalmente e 3,6% das mulheres empregavam mão de obra. Uma nova pesquisa do IBGE (2012) aponta que o número de mulheres trabalhando aumentou para 45,4%, em 2011.

De acordo com esses dados, observa-se um aumento no número de mulheres que vêm se inserindo em uma atividade profissional; aliado a esse novo papel, destaca-se o sonho da maternidade.

Em paralelo a essa inserção da mulher no mercado de trabalho, as mulheres continuam com os papéis anteriores, donas de casa, maternagem e esposas. Segundo dados do IBGE (2012), a taxa de fecundidade no Brasil apresentou queda de 20,1% na última década, passando de 2,38% filhos por mulher em 2000 para 1,90 em 2010, e segundo estimativa do IBGE, nasceram 2.933.186 brasileiros até o último dia de 2014. Diante disso, apesar da diminuição, há o desejo da maternidade, e então surgem as angús-

¹ Graduanda em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; jessica.baggio66@gmail.com

² Mestre em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Graduada em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Professora no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina; scheila.sehnem@unoesc.edu.br

³ Especialista em Avaliação Psicológica pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Professora no Curso de Graduação em Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina; ana.rosa@unoesc.edu.br

tias. É frequente a desconfiança e a insegurança que acometem os pais, principalmente, quando se refere ao primeiro filho e este ser ainda um bebê. As mães experienciam sentimentos ambíguos, conscientes ou inconscientes, sobre deixar seus filhos aos cuidados de outras pessoas (MCMAHON, 1994 apud RAPOPORT; PICCININI, 2004). É preciso que elas tenham resiliência para enfrentar algumas adversidades decorrentes de deixar seus filhos aos cuidados de pessoas que até então eram desconhecidas, para que elas possam voltar à rotina, o que envolve a sua atividade laboral.

A entrada da criança na creche tem se mostrado uma escolha comum entre as famílias por inúmeros motivos. Para muitos, a creche atende à necessidade de ter um lugar confiável que proporcione cuidados adequados às crianças para que possam trabalhar, enquanto para outros oportuniza aos filhos a adaptação às regras, normas e hábitos sociais e estimula o desenvolvimento de diversas habilidades (BRAZELTON, 1994).

Diante do exposto na presente pesquisa buscou-se verificar a percepção de mães primíparas acerca da inserção de seus filhos na creche e correlacionar o nível de resiliência com os sentimentos vivenciados pelas mães; a resiliência na maternidade é necessária no sentido de que poderá contribuir para a prevenção de comportamentos desajustados.

2 CONCEITO DE MATERNIDADE

A maternidade é um momento de importante reestruturação na vida da mulher e nos papéis que esta exerce. Durante esse período ela tem que passar da condição de filha para a de mãe e reviver experiências anteriores, além de ter de reajustar seu relacionamento conjugal, sua situação socioeconômica (MALDONADO, 1997) e suas atividades profissionais. Todas essas mudanças são mais impactantes nas gestantes primíparas, apesar de as múltiparas também as viverem com intensidade (BIBRING et al., 1961; KLAUS; KENNEL, 1992; MALDONADO, 1997 apud PICCININI, 2008).

Em relação ao âmbito profissional, percebe-se que algumas atividades precisam ficar em suspenso durante a maternidade, especialmente, logo após o nascimento do bebê (BOUKOBZA, 2002). Esse processo é comumente esperado, pois a mulher se volta para si mesma e para o bebê; demais aspectos da vida tendem a receber menor carga de atenção e investimento (SMITH, 1999). No que se refere à conjugalidade, sabe-se que o casal, que até então se constituía unicamente como homem e mulher, passa, com a parentalidade, a se constituir pai e mãe, o que altera profundamente tanto as suas dinâmicas individuais quanto sua relação conjugal (BOUKOBZA, 2002). Essa transição acarreta mudanças importantes tanto objetivas quanto relacionais, o que exige uma transformação e adaptação dos padrões anteriores de interação conjugal (PRADO, 1996; MCGOLDRICK, 1995).

Para algumas mulheres, a entrada de um bebê em um plano de vida construído com muita dedicação e esforço traz à tona o conflito entre o desejo de ser uma boa mãe e a vontade de estar disponível para dar continuidade à carreira profissional. Ademais, esse conflito parece ser reforçado por uma repressão implícita, no mundo profissional, para mulheres que precisam parar com o que estão fazendo, a fim de terem um filho e, posteriormente, alimentá-lo (BRAZELTON, 1988). Assim, mesmo as mulheres tendo se inserido largamente no mundo do trabalho, na sociedade contemporânea, ainda prevalece a crença de que devem priorizar a família, a maternidade e as atividades do ambiente doméstico (BARBOSA et al., 2010). Não é por acaso que ser mãe na modernidade suscita sentimento de culpa, frustração e conflitos de identidade, afinal, as mães são habituadas a uma cultura que proíbe a ambivalência materna, da coexistência de sentimentos ambivalentes, natural em todas as mães. O esperado é haver o sacrifício e o amor irrestrito (AZEVEDO; ARRAIS, 2006).

Assim, de modo a conciliar os diversos interesses e investimentos, é frequente a necessidade de que alguém cuide do bebê enquanto a mãe retorna ao trabalho após o período de licença-maternidade. Desse modo, a creche tem se revelado, muitas vezes, a opção disponível para os cuidados do bebê (RAPORT; PICCININI, 2004).

3 A CRECHE

A entrada de bebês na creche, especialmente durante o primeiro ano de vida, é um tema que tem gerado controvérsias no meio científico e leigo, pois implica separações diárias do bebê de sua mãe, enquanto ele ainda é muito pequeno. Embora muitas pesquisas tenham examinado as consequências para a criança de seu ingresso na creche, um número mais reduzido tem investigado o processo de adaptação da criança à creche, principalmente, em relação à criança menor de dois anos (FEIN; GARIBOLDI; BONI, 1993).

O atendimento em creches e pré-escolas como direito social das crianças se afirma na Constituição de 1988, com o reconhecimento da educação infantil como dever do Estado com a Educação.

A educação infantil, etapa inicial da educação básica, atende crianças de zero a seis anos. Na primeira fase de desenvolvimento, de zero a três anos, as crianças são atendidas nas creches ou instituições equivalentes. A partir disso, até completarem seis anos, frequentam as pré-escolas (BRASIL, 2006).

As creches estão vinculadas às normas educacionais do sistema ao qual pertencem. Devem contar com a presença de profissionais da educação em seus quadros de pessoal e estão sujeitas à supervisão pedagógica do órgão responsável pela administração da educação (BRASIL, 2012).

De acordo com a LDB, os municípios são responsáveis pela oferta e a gestão da educação infantil. No caso das creches, a legislação permite que instituições privadas sem fins lucrativos façam parte do sistema público, oferecendo atendimento gratuito. Para isso, deve ser firmado um convênio ou outro tipo de parceria público-privada entre a prefeitura e a instituição.

Outra questão importante é o período de atendimento nas creches. O Ministério da Educação (MEC) (2013) autorizou o fechamento de creches e pré-escolas durante o período de férias. “O órgão homologou um parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) que defende a necessidade de recesso escolar para que as instituições de educação infantil possam realizar serviços de manutenção em seus prédios, além de avaliar práticas pedagógicas e replanejar o currículo de professores.”

Para mães de primeira viagem esse recesso escolar causa certa preocupação por terem de encontrar outros cuidados para seus filhos, o que causará estresse tanto para as mães quanto para seus filhos, que já estarão acostumados ao ambiente da creche.

O processo de inserção do bebê na creche acaba gerando, principalmente na mãe, sentimentos de ansiedade e culpa, o que pode causar conflitos familiares e também com os funcionários da instituição. Esse processo de inserção à creche somente pode ser pensado se considerarmos as concepções que a mãe tem sobre a instituição, suas crenças e valores sobre maternidade e o papel das educadoras e da creche como contexto de desenvolvimento (SANTOS; MOURA, 2002).

4 MATERNIDADE E RESILIÊNCIA

Frequentemente usado na mecânica e na física, o termo resiliência é entendido como a propriedade de os materiais retornarem à sua forma inicial depois de submetidos à pressão. Na saúde, a resiliência é a capacidade de uma pessoa resistir a uma doença, a uma infecção, quer pela sua própria resiliência, quer pela ajuda de uma medicação curativa ou preventiva (RUEGG, 1997).

Em Psicologia, resiliência é entendida como a capacidade de resistir às adversidades humanas. Trata-se de uma qualidade de resistência e de perseverança do ser humano diante das dificuldades da vida (RACK; PATTERSON, 1996). É uma capacidade universal que permite ao indivíduo, grupo ou comunidade prevenir, minimizar ou ultrapassar as marcas ou efeitos da adversidade (GROTBERG, 2005).

Esse é um processo que vai sendo desenvolvido ao longo da vida, pois a resiliência é adquirida pela educação e pela experiência das dificuldades ultrapassadas (GLANTZ et al. apud PEREIRA, 2001). Resiliência é frequentemente referida por processos que explicam a “superação” de crises e adversidades em indivíduos, grupos e organizações (YUNES; SZYMANSKI, 2001; YUNES, 2001; TAVARES, 2001). Por se tratar de um conceito relativamente novo no campo da Psicologia, a resiliência vem sendo bastante discutida do ponto de vista teórico e metodológico pela comunidade científica. Alguns estudiosos reconhecem a resiliência como um fenômeno comum e presente no desenvolvimento de qualquer ser humano, e outros enfatizam a necessidade de cautela no uso “naturalizado” do termo (MASTEN, 2001. MARTINEAU, 1999; YUNES, 2001 apud YUNES, 2003).

Com isso, podemos citar a maternidade, o tornar-se mãe, que implica uma mudança de identidade que se inicia, frequentemente, antes da gravidez. Essa mudança necessária pode causar sentimentos ambíguos e ser geradora de conflitos internos sobre as competências da mulher enquanto futura mãe (MERCER; WALKER, 2006).

Todos os relacionamentos precisam ter um ponto de partida, e requerem uma estrutura dentro da qual a percepção mútua e a familiaridade possam crescer. Estamos falando de aprendizado fundamentado; do aprendizado de como se relacionar com um estranho, com um bebê (e amá-lo); e este aprendizado, para uns, parece ocorrer de forma rápida, mas para outros, de forma mais lenta. (SLUCKIN; SLUCKIN; HERBERT, 1990, p. 58).

Apesar do risco que a maternidade acarreta, por ser um momento de crise, a grande maioria das mães demonstra um funcionamento resiliente na realização das tarefas e responsabilidades. Nesse período, um companheiro é uma fonte de suporte e de apoio que ajuda a minimizar muitas das adversidades para as mães (CLEAVER; UNELL; ALDGATE, 2011).

5 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa que se desenvolveu em uma creche de um município do Meio-Oeste catarinense. Os sujeitos que fizeram parte deste trabalho de investigação foram todas as mães primíparas (seis) que matricularam seus filhos em uma creche do município no mês de fevereiro de 2016. Os instrumentos utilizados para a realização da pesquisa foram a Escala dos Pilares da Resiliência, EPR (Manual da Escala dos Pilares da Resiliência), e uma entrevista semiestruturada contendo oito questões abertas. Inicialmente, foi feito contato com a direção e apresentados os objetivos da pesquisa. Após o consentimento da direção e a obtenção das informações necessárias, fez-se o contato com essas mães para convidá-las a participar da pesquisa. Após a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido por todas as participantes, a entrevista foi realizada nas dependências da creche, sendo agendado previamente um horário com cada mãe primípara, no qual foram aplicados individualmente os instrumentos com duração média de uma hora cada participante.

6 ANÁLISE DOS DADOS

A fim de responder aos objetivos que norteiam o presente trabalho de investigação, os sujeitos envolvidos responderam a um teste psicológico e a uma entrevista semiestruturada; os resultados foram tabulados e analisados a partir da literatura disponível.

6.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

Segundo Debray (1988 p. 9 apud LEAL, 2003), “O tornar-se mãe é um momento necessariamente contraditório e profundamente ambivalente, pois vem acompanhado de complexidade, idealizações e perdas.” Contudo, esse conceito é variável ou influenciado por questões sociodemográficas, como idade, escolaridade, expectativas, planejamento, etc. Nas sociedades ocidentais a opção das mulheres por não ter filhos é um fenômeno crescente, e essa escolha está diretamente relacionada com o contexto histórico, econômico, social e cultural em que a mulher está inserida (PATIAS; BUAES, 2012).

Em relação aos aspectos sociodemográficos das mães que participaram deste trabalho de investigação, foi elaborado o Quadro a seguir:

Quadro 1 – Aspecto sociodemográfico

Sujeitos	Idade	Gravidez planejada	Parto	Escolaridade	Estado civil	Carga horária	Profissão
S1	27	Sim	Cesárea	Ensino Médio	Casada	4 h/ d	Diarista
S2	29	Não	Cesárea	Superior Completo	União Estável	—	Professora
S3	20	Não	Cesárea	Superior Incompleto	União Estável	6 h/ d	Auxiliar de Escritório
S4	26	Sim	Natural	Ensino Médio	Casada	8 h/d	Auxiliar de Escritório
S5	31	Sim	Cesárea	Superior Completo	Casada	6 h/ d	Tesoureira em Banco
S6	35	Não	Cesárea	Ensino Médio	Solteira	6 a 8 h/ d	Manicure

Fonte: os autores.

De acordo com os dados da pesquisa, podemos perceber que 50% dos sujeitos pesquisados planejaram sua gravidez, enquanto 50% não planejaram. Para Coelho et al. (2012):

A gravidez não planejada não se restringe a fatores do consciente, há associação entre motivos conscientes e inconscientes na ocorrência dessa, mas ainda que tais motivações sejam valorizadas, é importante considerar que há o acesso à informação e aos métodos contraceptivos para que as mulheres possam ter controle sobre sua fecundidade e façam escolhas, conforme seus desejos.

A ocorrência da gravidez indesejada é uma questão relacionada ao direito fundamental da mulher sobre a sua fertilidade e não depende exclusivamente do acesso às informações ou aos métodos contraceptivos, passa pela possibilidade de tomar decisões em relação à sexualidade, à reprodução, influenciada diretamente por fatores socioeconômicos e culturais e, em particular, à posição na sociedade (PRIETSCH et al., 2015).

As brasileiras estão se tornando mães mais tarde, e o fenômeno da gravidez na adolescência está diminuindo no País. Os dados fazem parte do Levantamento Estatísticas do Registro Civil, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para o sociólogo Claudio Crespo, coordenador de População e Indicadores Sociais do Instituto, o comportamento está ligado à inserção da mulher no mercado de trabalho e ao maior acesso ao estudo nos últimos anos.

De acordo com *Época Negócios* (2014), o grupo de mães em idade mais avançada também aumenta no País. As mulheres que se tornaram mães entre 30 e 34 somavam 14,4% em 2002. Dez anos depois, em 2012, o grupo representava 19%. Entre os fatores que influenciaram a mudança de comportamento da mulher brasileira no que diz respeito à idade em que engravidam está o maior grau de escolaridade da mulher, maiores oportunidades de emprego e queda nas taxas de fecundidade: “São esses fatores sociais que impulsionam a maternidade em idades mais avançadas.” (*ÉPOCA NEGÓCIOS*, 2014).

Quanto ao tipo de parto, se natural ou cesáreo, constatou-se que 83,33% dos sujeitos da pesquisa tiveram parto cesariano e 16,67% parto natural, o que comprova os elevados índices de cesárea encontrados na atualidade.

No ranking da Organização Mundial de Saúde (OMS), o Brasil aparece em segunda colocação entre os países com mais cesarianas em relação ao total de nascimentos. De 2000 a 2010, dos novos brasileiros que vieram ao mundo, 43,8% foram partos por cesariana. O Ministério da Saúde passou a ver com preocupação esse índice, pois ultrapassa significativamente os 15% considerados adequados pela OMS. Segundo Ramos (2013), do Portal EBC, os dados do Ministério da Saúde mostram que mulheres submetidas à cesariana têm 3,5 vezes mais probabilidade de morrer e cinco vezes mais chances de ter infecção no aparelho genital depois do parto. Além disso, a prática de agendamento do parto aumenta o risco de nascerem bebês prematuros.

Em relação ao nível de escolaridade, 50% dos sujeitos pesquisados possuem ensino médio, 33,33% concluíram o ensino superior e 16,67% possuem ensino superior incompleto (cursando).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), as mulheres são mais escolarizadas do que os homens. A pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PORTAL TERRA, 2011) mostra que as representantes do sexo feminino economicamente ativas (com 10 anos ou mais de idade) têm, em média, 7,3 anos de estudo. As mulheres apresentam mais anos de estudo que os homens em todas as faixas etárias, com exceção do grupo com 60 anos ou mais. Sobre o estado civil dos sujeitos pesquisados, 50% são casados, 33,33% vivem em união estável e 16,67% são solteiros.

O artigo 1º da Lei n. 9.278, de 10 de maio de 1996, define: “É reconhecida como entidade familiar a convivência duradoura, pública e contínua, de um homem e uma mulher, estabelecida com o objetivo de constituição de família.” (COSTA JÚNIOR, 1999). Segundo a definição de Severino (1996), casamento é a “determinação de dois indivíduos de conviverem numa relação estável e que implica assumirem compromissos mútuos, oferecendo reciprocamente suporte para as necessidades sociais, afetivas e sexuais.” Conforme dados da pesquisa Estatísticas do Registro Civil divulgada pelo IBGE (2012), os cartórios registraram 1.041.440 casamentos no Brasil, enquanto a quantidade de divórcios chegou a 341,6 mil. Isso quer dizer que para cada separação registrada no País, em 2012, houve pelo menos três casamentos.

Conforme dados obtidos na pesquisa, a carga horária de trabalho dos sujeitos pesquisados (4/8h diárias) está de acordo com a legislação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que considera jornada de trabalho normal o espaço de tempo durante o qual o emprego deverá prestar serviço ou permanecer à disposição do empregador, com habitualidade, excetuadas as horas extraordinárias. Nos termos da Constituição Federal, art. 7º, XIII, sua duração deverá ser de até oito horas diárias e 44 horas semanais.

6.2 SENTIMENTOS VIVENCIADOS PELAS MÃES EM RELAÇÃO AO MENOR NA CRECHE

Durante a pesquisa realizada com as seis mães primíparas, investigaram-se os sentimentos vivenciados por elas em relação aos seus filhos na creche. As mães relataram ter sentido algumas inseguranças nos primeiros dias em que deixaram as crianças na creche para adaptação.

Constatou-se que os sentimentos que possuem maior representatividade são o medo e a tristeza; quatro sujeitos relataram senti-los. Os sentimentos de culpa e tranquilidade foram mencionados por dois sujeitos.

Em relação ao sentimento de tristeza, podemos observar a fala de S5: “Nos primeiros dias cortar o vínculo [separação], voltar ao trabalho, fiquei muito triste, uma tristeza que não cabia no peito sabe [...]” (informação verbal). Para Del Porto (1999): “A tristeza constitui-se na resposta humana universal às situações de perda, derrota, desapontamento e outras adversidades.” É um sentimento que responde a estímulos internos, como recordações, memórias, vivências; ou externos, como a perda de um emprego ou de um amor, uma resposta natural a situações de perda ou de frustrações, em que são liberados hormônios cerebrais, chamados neuromônios, responsáveis pela angústia, melancolia ou coração apertado (SGARIONI, 2015).

Referente ao sentimento do medo, podemos percebê-lo na fala: “Senti muito medo, muita saudade. Mas ela se adaptou bem.” (S1, informação verbal). Da mesma forma, o S3 relatou “Medo, e depois veio a tranquilidade, pois tinha a madrinha, e com isso veio um pouco de segurança.” (informação verbal). Segundo Baptista, Carvalho e Lory (2005): “Os medos aparecem quando são úteis, como na ansiedade de separação, o medo de altura ou a ansiedade social, mas tendem a desaparecer assim que esses fatos são dominados e deixam de oferecer perigo.”

Quanto ao sentimento culpa, podemos perceber na fala do S2: “Fico pensando nela, sinto um pouco de culpa, pois fiquei muito pouco tempo com ela, sei que ela é bem cuidada, mas mãe é mãe.” (informação verbal). Isso pode ocorrer diante da ideia predominante de que é mais saudável para a criança durante os três primeiros anos que a mãe cuide de seu filho e que a creche é um equipamento precário de cuidados de criança, que remete à pobreza, o que acaba despertando nas mães intenso sentimento de culpa (ROSSETTI; FERREIRA, 1999 apud WEBER et al., 2006). Sentimento que pode ser observado na fala do S2. É importante lembrar que nesse momento de separação mãe-bebê, de acordo com Mahler, Pine e Bergman (1993), a criança está passando pelo primeiro movimento de separação, que é a diferenciação, no qual o bebê começa a perceber que é um ser separado da mãe. Por isso, a criança precisa muito da tranquilidade materna.

Em relação ao sentimento de tranquilidade, foi identificado na fala do S3: “Tranquila, eu confio no trabalho delas, sempre tive as orientações necessárias.” (informação verbal).

Muitas vezes, a entrada na creche representa a introdução de novas cuidadoras na vida da criança (BALABAN, 1988). Lopes et al. (2005) referem em seu estudo a respeito dos sentimentos da mãe diante das primeiras experiências de separação física do seu bebê, que os sentimentos negativos vivenciados pelas mães podem ser minimizados na presença de cuidadoras que se mostrem disponíveis, confiáveis e capazes de cuidar adequadamente de seu bebê. Os autores destacam a importância da qualidade do vínculo das mães com cuidadores substitutos para a presença de sentimentos de tranquilidade e segurança.

Quando questionadas sobre os cuidados básicos das crianças na creche, as seis mães consideram que os filhos são bem cuidados na instituição, afirmando que possuem confiança, tranquilidade, que os filhos estão bem cuidados. Podemos observar o relato do S1: “Gosto bastante da creche. Eles cuidam bem.” (informação verbal). E como explica Maranhão (2000): “O cuidado tem muitos sentidos e dependendo do sentido que se dá ao ato de cuidar e a sua finalidade, podemos ressaltar alguns aspectos do desenvolvimento humano em detrimento de outros.” Para Campos (1994, p. 35 apud MARANHÃO, 2000): “O cuidar inclui todas as atividades ligadas ao cotidiano de qualquer criança, alimentar, lavar, trocar, curar, proteger, consolar, todas as atividades que são integradas ao educar.”

Quanto à creche ser o local ideal para deixar seus filhos, as seis mães relataram que sim, que a creche é o local ideal, e um dos fatores pode ser a segurança que o ambiente proporciona durante o tem-

po em que permanecem na instituição. Como relata o S3 em relação à creche ser o local ideal, ela afirma que: “Com certeza, tanto a creche quanto a escola, pois têm a educação o aprendizado, o incentivar a criança.” (informação verbal).

As instituições de educação infantil vêm se tornando uma necessidade cada vez mais significativa da população, especialmente para as famílias em que pai e mãe trabalham fora de casa e, por isso, necessitam de cuidados alternativos para seus filhos. Essa crescente necessidade de colocar as crianças nas escolas infantis surgiu, principalmente, a partir da inserção da mulher no mercado de trabalho, o que tornou necessário que as crianças fossem cuidadas por outras pessoas enquanto sua mãe estivesse trabalhando (RAPOPORT; PICCININI, 2004).

Amorim e Rossetti-Ferreira (1999) referem que as mães optam por colocar os filhos nessas instituições por acreditarem que as creches oferecem melhores recursos para o estabelecimento de novas relações, contribuindo para uma nova socialização, educação e estimulação das crianças. As educações infantis estão se tornando uma opção bastante utilizada como recurso de auxílio na educação das crianças.

Portanto, a adaptação gradativa da criança à creche e também a abertura à participação da família na instituição, são algumas práticas que permitirão que o familiar adquira confiança e esteja seguro quanto aos cuidados dispensados aos seus filhos (RAPOPORT; PICCININI, 2001, p. 93). Podemos observar na fala do S5: “que ela seja bem cuidada, se relacione bem com outras crianças e com as professoras.” (informação verbal).

Silvia e Bosanello (2002) referem que o cuidar e o educar são essenciais ao pleno desenvolvimento infantil e, por isso, devem caminhar juntos. Dessa forma, existe a necessidade de a creche se colocar como um local que propicie a interação e a socialização das crianças. Para tanto, é necessária e extremamente importante a formação e a constante qualificação dos profissionais que atuam nessas instituições, já que é na fase de zero a seis anos que ocorre a formação da personalidade e o desenvolvimento dos processos cognitivos, motores e sociais.

6.3 NÍVEL DE RESILIÊNCIA DAS MÃES PRIMÍPARAS E SUA CORRELAÇÃO COM OS SENTIMENTOS VIVENCIADOS POR ELAS

A resiliência é um meio interativo entre a pessoa e o seu meio, não nasce com o sujeito, tampouco é uma aquisição exclusivamente de fora para dentro. É um processo que fortalecerá e capacitará o indivíduo para lidar com as adversidades de uma forma positiva. A resiliência não é um estado adquirido e imutável, é um processo que deve ser construído continuamente ao longo da vida, por isso, é importante que o indivíduo elabore os conflitos, retome o seu desenvolvimento de forma saudável (ASSIS; PESCE; AVANCI, 2006).

A relação entre a resiliência e o ajustamento à maternidade, por meio da aplicação da Escala dos Pilares da Resiliência (EPR) (CARDOSO; MARTINS, 2013), justifica-se já que a confirmação da associação entre resiliência e ajustamento à maternidade pode auxiliar a compreender os fatores e circunstâncias facilitadores de uma maternidade resiliente, para que, apesar dos riscos e dos desafios da maternidade, as mães não manifestem comportamentos desajustados e/ou desadequados em um momento de maior vulnerabilidade.

O instrumento utilizado para aferir a resiliência dos sujeitos permitiu analisar as seguintes variáveis: aceitação positiva de mudança, autoconfiança, autoeficácia, bom humor, controle emocional, empatia, independência, orientação positiva para o futuro, reflexão, sociabilidade e valores positivos.

A análise dessas variáveis contribuiu para se identificar a presença ou não de um comportamento resiliente nessas mães.

Tabela 1 – Resiliência das gestantes

Subescala	Baixa	Média	Alta
Aceitação positiva de mudança	2	1	3
Autoconfiança	6	0	0
Autoeficácia	2	1	3
Bom humor	3	1	2
Controle emocional	5	0	1
Empatia	2	1	3
Independência	4	0	2
Orientação positiva para o futuro	1	1	4
Reflexão	1	3	2
Sociabilidade	2	1	3
Valores Positivos	3	1	2

Fonte: os autores.

Com base nos dados da Tabela 1, observa-se que os atributos coletivos mais fragilizados (com nível de resiliência baixo) são autoconfiança (6), controle emocional (5) e independência (4), enquanto os atributos mais fortalecidos (com nível de resiliência alto) foram orientação positiva para o futuro (4), aceitação positiva de mudança (3), autoeficácia (3), empatia (3) e sociabilidade (3).

Segundo Karoly (1993), o controle emocional refere-se à capacidade de as pessoas controlarem suas emoções, evitando, assim, ter ataques de ira e condutas agressivas. Como o resultado nessa subescala foi baixo (5), percebe-se uma falta de capacidade em controlar as emoções diante de eventos estressores, considerando que poderá perder facilmente a concentração e ficar irritada pensando em problemas de seu cotidiano. Quanto ao controle emocional podemos exemplificar na fala do S6: “Coração apertado, achei que não iria mais ver ela por uma eternidade, um sentimento ruim, me senti triste foi uma tristeza muito grande e um aperto no coração.” (informação verbal).

Para Souza e Puente-Palacios (2007), a autoconfiança é um sentimento em que as pessoas se sentem seguras, que acreditam que podem se colocar diante de qualquer situação com uma postura forte e eficaz. O resultado apresentado pelas mães foi baixo (6), sugerindo que essas mães se deixam abater quando alguém faz críticas em relação a elas, pois não são seguras quanto às suas qualidades, não possuem iniciativa para resolver seus próprios problemas e desistem facilmente de cumprir uma tarefa quando a exigência se torna maior, demonstrando insegurança tanto na vida pessoal quanto profissional. Assim, podemos verificar na fala do S1 este sentimento que apresentou um fator baixo: “Senti muito medo, muita saudade. Mas ela se adaptou bem.” (informação verbal).

Segundo Wolin e Wolin (1993), a independência diz respeito à capacidade de manter distância emocional e física de outras pessoas, sem cair no isolamento, sem precisar de ajuda de terceiros. Como essa subescala apresentou um resultado baixo (4), podemos inferir que essas mães podem, muitas vezes, sentir-se isoladas, por não saberem lidar positivamente com a solidão. Podemos observar a fala do sujeito S2: “Sinto falta do trabalho, do coleguismo do dia a dia, pois não retornei ao trabalho; agora que penso em voltar.” (informação verbal).

Cowan, Cowan e Schulz (1996, p. 19) afirmam que “a resiliência refere-se ao processo que, embora opere na presença de fatores de risco, produz resultados positivos tão bons ou melhores do que os obtidos na ausência deles.” Podemos resgatar na fala dos autores que mesmo as mães tendo alguns comportamentos desajustados não quer dizer que elas não possuem resiliência.

A orientação positiva para mudança um atributo alto da subescala (4), corresponde a pessoas que pensam positivamente em relação aos acontecimentos de sua vida, mesmo quando um evento ruim acontece e que, além disso, têm objetivos claros e lutam para concretizá-los, por acreditarem que ven-

cerão. Fica explícito na fala do S3, quando se refere ao deixar seu filho na creche: “Com certeza, tanto na creche quanto na escola, pois tem a educação, o aprendizado e o incentivo à criança.” (informação verbal).

Para Martins, Siqueira e Emílio (2010), a aceitação positiva de mudança, que foi um atributo alto da subescala (3), corresponde que esse fator se refere ao reconhecimento de que as mudanças e as situações difíceis podem oferecer oportunidades de crescimento. Quando esse fator é alto, podemos relatar que as mães têm capacidade de se adaptar positivamente diante de situações adversas que alterem de alguma forma a rotina. Segundo o S5, “Fiquei meio assim, mas tenho que voltar a trabalhar para dar um futuro melhor para ela.” (informação verbal).

Conforme Bandura (1997), autoeficácia foi um atributo alto (3), que se refere à crença e percepção do indivíduo sobre suas próprias capacidades. Diz respeito à confiança da pessoa no poder que seus atos têm de gerar os resultados desejados. Os resultados indicam que essas mães acreditam ser capazes de trazer soluções para os problemas de uma forma criativa e inovadora. Segundo o S1 relata: “Sinto preocupação por estar longe e um pouquinho de medo. Mas a creche faz bem para ela.” (informação verbal).

Oliveira e Lipp (2009) definem a empatia como a habilidade de se colocar no “lugar do outro”, perceber o estado emocional (pensamentos e sentimentos) de outra pessoa, sem que ela necessariamente o diga. Essa subescala indica um nível alto (3) apresentado pelas mães, sugerindo que elas mostram habilidades, ou seja, conseguem perceber quando uma pessoa está triste, se está passando por algum problema, se está nervosa, etc., e é capaz de compreender as razões que a deixam assim. Segundo o relato do S2: “A creche deixa ela feliz, e ela recebe muito carinho, amor e atenção das professoras.” (informação verbal).

A subescala sociabilidade foi outro fator com escore alto (3). Segundo Wolin e Wolin (1993), refere-se à habilidade de se relacionar e de criar laços de intimidade com outras pessoas, com o intuito de equilibrar a própria necessidade de afeto. Essas mães são comunicativas, gostam de dialogar e de se comunicar com os demais, demonstrando habilidades suficientes para buscar ajuda para resolver algum problema, pois têm confiança nas pessoas. O S3 coloca: “tranquila, eu confio no trabalho delas; sempre tive as orientações necessárias.” (informação verbal).

Esses resultados revelam a importância da ligação da mãe com o filho, que vem se estabelecendo desde a concepção do bebê, para poder compreender o processo de inserção da criança na creche e os sentimentos maternos relacionados a esse evento.

Os sentimentos dessas mães que participaram da pesquisa diante da inserção do seu filho na creche mostram que as participantes possuem resiliência. Cada mãe vivencia a inserção do filho na creche de um modo diferente, todavia, entendem a creche como uma instituição aliada, demonstrando resiliência para lidar com seus medos e anseios nesse novo momento de sua vida. Podemos perceber que os atributos autoconfiança, controle emocional e independência ficaram abaixo da média, provavelmente em virtude do momento vivenciado, no qual a preocupação com o filho se mistura a preocupações com o retorno ao mercado de trabalho. Todavia, esse grupo de sujeitos pesquisados apresenta resiliência, o que favorece a manutenção da sua saúde mental e, conseqüentemente, de seus filhos.

7 CONCLUSÃO

Para compreendermos o processo de inserção da criança na creche e os sentimentos maternos em relação a esse evento as mães que participaram desta pesquisa revelaram a importância da ligação existente entre mãe e filho, que vem se estabelecendo desde seu nascimento. Assim, torna-se pertinente entender as distintas reações diante da separação de seu filho, deixando-o em um lugar desconhecido,

com pessoas desconhecidas e com outras crianças com as quais dividirão a atenção e cuidados para, então, voltarem às suas rotinas.

A creche é fundamental para as mães primíparas, pois elas têm o apoio dessa instituição para que confiem o seu filho em mãos de pessoas estranhas que cuidem de seus filhos quando as mães não estão presentes. A creche, igualmente, é importante, pois há pessoas capacitadas e que sabem lidar com essa situação estressante para uma mãe de primeira viagem. As cuidadoras têm experiência com crianças, e isso se deve ao trabalho delas, pois essa função de cuidar, acalantar e nutrir a criança é o seu trabalho. A importância de as mães levarem seus filhos à creche faz com que elas passem a ter confiança nessa instituição e saber que seus filhos terão todo o cuidado dentro dessa instituição no momento que as mães retornam ao mercado de trabalho.

Cada participante vivenciou de maneira diferente a inserção do seu filho na creche, demonstrando medo, culpa, tristeza nessa nova fase de suas vidas, medos esses no que se refere ao processo de separação, à fase de adaptação e à volta ao mercado de trabalho. Esses resultados podem ser compreendidos a partir do fato de que as participantes são mães primíparas e por ser uma das primeiras situações de separação entre uma mãe e um filho; essas mães possuem resiliência para lidar com essas adversidades, sabendo lidar com seus medos e ansios nessa nova fase de suas vidas.

Enfim, procurar conhecer os sentimentos das mães que participaram da pesquisa e verificar o nível de resiliência ante a inserção do seu filho na creche têm extrema importância em saber que essas mães conseguem ter pensamentos positivos, tendo reconhecimento de que as mudanças e as situações difíceis podem oferecer oportunidades de crescimento.

A Psicologia apresenta um papel importantíssimo dentro desta pesquisa, pois pode auxiliar no trabalho junto à creche para que seja trabalhado esse momento da fase de adaptação do seu filho e, juntamente, auxiliar essas mães no processo de separação para que elas possam voltar a trabalhar da melhor maneira possível, enfrentando essa nova situação de mercado de trabalho e o novo papel que é ser mãe de uma forma tranquila.

Considerando os resultados obtidos, destaca-se a importância de serem realizadas novas pesquisas com um número maior de mães, a fim de verificar a resiliência delas em relação à inserção do bebê na creche.

REFERÊNCIAS

AMORIM, K. S. Y.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. Creches com qualidade para a educação e o desenvolvimento integral da criança pequena. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 19, n. 2, p. 64-69, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931999000200009>. Acesso em: 15 set. 2015.

ASSIS, S. G.; PESCE, R. P.; AVANCI, J. Q. **Resiliência**: enfatizando a proteção dos adolescentes. Porto Alegre: Artmed, 2006.

AZEVEDO, K. R.; ARRAIS, A. R. O mito da mãe exclusiva e seu impacto na depressão pós-parto. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 19, n. 2, p. 269-276, 2006.

BAPTISTA, A.; CARVALHO, M.; LORY, F. **O medo, a ansiedade e as suas perturbações**. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0874-20492005000100013&script=sci_arttext>. Acesso em: 01 set. 2015.

BALABAN, N. **O início da vida escolar**: da separação a independência. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/12295/000605262.pdf>>. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

- BARBOSA, M. B. et al. Carreira, vida familiar e vida profissional das executivas: tensão e conciliação. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 7., 2010, Resende. **Anais...** Resende, 2010.
- BELTRAME, G.; DONELLI, T. M. **Maternidade e carreira**: desafios frente à conciliação de papéis. 2012. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n38-39/n38-39a17.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2015.
- BOUKOBZA, C. O desamparo parental perante a chegada do bebê. In: BERNARDINO, L.; ROBENKOHL, C. (Org.). **O bebê e a modernidade**: abordagens teórico-clínicas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil**: pelos direitos das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pol_inf_eduinf.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2015.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Assessoria de Comunicação Social. **RAIS e Caged indicam crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho**. 2013. Disponível em: <<http://www.mtb.gov.br/imprensa/crece-a-participacao-da-mulher-no-mercado-de-trabalho/palavrachave/mercado-de-trabalho-rais-mulheres-crescimento-das-mulheres.htm>>. Acesso em: 23 ago. 2015.
- BRASIL. Portal Brasil. **Saiba como funciona o sistema de educação infantil no País**. 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/04/creche>>. Acesso em: 23 ago. 2016.
- BRAZELTON, T. B. **Momentos decisivos do desenvolvimento infantil**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- BRAZELTON, T. B. **O desenvolvimento do apego**: uma família em formação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.
- CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. 6. ed. Brasília, DF: MEC, SEB, 2009.
- CARDOSO, T.; MARTINS, M. C. **Escala dos Pilares da Resiliência (EPR)**. São Paulo: Vetor, 2013.
- CLEAVER, H.; UNELL, I.; ALDGATE, J. **Children's needs – parenting capacity. Child abuse**: parental mental illness, learning disability, substance misuse, and domestic Violence. 2. ed. London: The Stationery Office, 2011. Disponível em: <[URL:https://www.education.gov.uk/publications/eOrderingDownload/Childrens%20Needs%20Parenting%20Capacity.pdf](https://www.education.gov.uk/publications/eOrderingDownload/Childrens%20Needs%20Parenting%20Capacity.pdf)>. Acesso em: 18 set. 2016.
- COELHO, E. de A. C. et al. Associação entre gravidez não planejada e o contexto socioeconômico de mulheres em área da Estratégia Saúde da Família. **Acta paul. enferm.**, São Paulo, v. 25, n. 3, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002012000300015#end>. Acesso em: 13 set. 2016.
- COSTA JÚNIOR, D. V. da. União estável. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 4, n. 28, 01 fev. 1999. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/548>>. Acesso em: 18 set. 2016.
- COWAN, P. A.; COWAN, C. P.; SCHULZ, M. S. Thinking about risk and resilience in families. In: HETHERINGTON, E. M.; BLECHMAN, E. A. (Org.). **Stress, coping and resiliency in children and families**. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1996. p. 1-38. Disponível em: <http://biblioteca.esec.pt/cdi/ebooks/docs/Cecconello_resiliencai.pdf>. Acesso em: 18 out. 2016.
- DEL PORTO, J. A. Conceito e diagnóstico. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 21, Suppl. 1, p. 6-11, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44461999000500003&lng=en&tlng=pt.10.1590/S1516-44461999000500003>. Acesso em: 18 set. 2016.

EDUCAÇÃO Infantil – Creche: a primeira fase da educação infantil é um direito das crianças de zero a três anos. **Portal Brasil**, 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/04/creche>>. Acesso em: 01 set. 2015.

ÉPOCA NEGÓCIOS. **Dados do IBGE mostram mudanças na sociedade; casamento e filhos vêm cada vez mais tarde**. 12 jan. 2014. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Resultados/noticia/2013/12/dados-do-ibge-mostram-mudancas-na-sociedade-casamento-e-filhos-vem-cada-vez-mais-tarde.html>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

FEIN, G. G.; GARIBOLDI, A.; BONI, R. The adjustment of infants and toddlers to group care: The first six months. **Early Childhood Research Quarterly**, v. 8, i. 1, 1993.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Mulheres no mercado de trabalho**: grandes números. 2007. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/bdmulheres/serie1.php?area=series>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

GROTBERG, E. H. Introdução: novas tendências em resiliência. In: MELILLO, A.; OJEDA, E. N. S. (Org.). **Resiliência**: Descobrindo as próprias fortalezas. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 15-22.

IBGE. **Censo 2010**: Escolaridade e rendimento aumentam e cai mortalidade infantil. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/12062003indic2002.shtm>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

LOPES, R. C. S. et al. “No início eu saía com o coração partido...” As primeiras situações de separação mãe-bebê. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v. 15, n. 3, p. 26-35, 2005.

KAROLY, P. Mechanisms of self-regulation: a systems view. **Annual a Review of Psychology**, v. 44, p. 23-52, 1993.

KLAUS, M.; KENNEL, J. **Pais/bebê**: a formação do apego. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722008000100008>. Acesso em: 02 ago. 2016.

MAHLER, M.; PINE, F.; BERGMAN, A. **O nascimento psicológico da criança**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

MALDONADO, M. T. P. **Psicologia da Gravidez**. Petrópolis: Vozes, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n1/v13n1a07.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

MARANHÃO, D. G. O cuidado com o elo entre saúde e educação. **Cad. Pesqu.**, São Paulo, n. 111, dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742000000300006&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 02 ago. 2016.

MARTINS, M. C. F.; SIQUEIRA, M. M. M.; EMÍLIO, E. V. **Construção e validação Escala para avaliação de Resiliência (EAR)**. São Bernardo do Campo: Ed. UMESP, 2010. Relatório de pesquisa.
MASTEN, A. S. Ordinary magic: resilience processes in development. **American Psychologist**, v. 56, i. 3, p. 227-238, 2001.

MCGOLDRICK, M. As mudanças no ciclo de vida familiar. In: CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. (Org.). **As mudanças no ciclo de vida familiar**: uma estrutura para terapia familiar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. p. 7-29.

MEC autoriza fechamento de creches nas férias. **Veja**, 19 mar. 2013. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/mec-autoriza-fechamento-de-creches-e-pre-escolas-nas-ferias/>>. Acesso em: 08 set. 2015.

MERCER, R. T.; WALKER, L. O. A review of nursing interventions to foster becoming a mother. **Journal of Obstetric, Gynecologic, & Neonatal Nursing**, v. 35, i. 5, p. 568-582, 2006.

OLIVEIRA, J. B.; LIPP, M. E. N. Resiliência e controle do stress em juízes e servidores públicos. **Boletim da Academia Paulista de Psicologia**, v. 29, n. 2, p. 287-306, 2009.

PATIAS, N. D.; BUAES, C. S. “Tem que ser uma escolha da mulher”! Representações de maternidade em mulheres não-mães por opção. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 300-306, 2012.

PEREIRA, A. M. S. Resiliência, personalidade, stress e estratégias de coping. In: TAVARES, J. (Org.). **Resiliência e educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

PORTAL TERRA. Mulheres são mais escolarizadas do que os homens, diz IBGE. Potiguar notícias, 30 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.potiguarnoticias.com.br/noticias/19843/mulheres-sao-mais-escolarizadas-do-que-os-homens-diz-ibge>>. Acesso em: 18 set. 2016.

PRADO, L. C. O bebê inaugura a família: a terapia pais-bebê. In: PRADO, L. C. (Org.). **Famílias e terapeutas: construindo caminhos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 97-131.

PRIETSCH, S. O. M. et al. Gravidez não planejada no extremo Sul do Brasil: prevalência e fatores associados. **Caderno de Saúde Pública**, v. 27, n. 10, p. 1906-1916, out. 2015.

RACK, C. F.; PATTERSON, L. E. Promoting resilience in at-risk children. **Journal of Counseling and Development**, v. 74, i. 4, p. 368-373, 1996.

RAMOS, B. **Partos normais deveriam ser prioridade, diz OMS**, 2013. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/saude/2013/07/opcao-de-kate-middleton-diverge-com-a-da-maioria-das-brasileiras>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

RAPOPORT, A.; PICCININI, C. A. **O ingresso e adaptação de bebês e crianças pequenas à creche: alguns aspectos críticos**. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v14n1/5209.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2015.

RAPOPORT, A.; PICCININI, C. A. O ingresso e adaptação de bebês e crianças pequenas a creche: alguns aspectos críticos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 14, n. 1, p. 81-95, 2001.

RUEGG, F. Valorizar as potencialidades da criança. A resiliência, conceitos e perspectivas. **Caderno de Educação de Infância**, v. 42, p. 9-14, 1997.

SANTOS, F. M. S.; MOURA, M. L. S. A relação mãe-bebê e o processo de entrada na creche: esboços de uma perspectiva sociocultural. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 22, n. 2, p. 88-97, 2002. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/16283>>. Acesso em: 04 jun. 2016.

SEVERINO, R. S. Casais construindo seus caminhos: a terapia de casal e a família de origem. In: PRADO, L. C. et al. (Org.). **Famílias e terapeutas construindo caminhos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 71-96.

SGARIONI, M. Tristeza faz bem. **Superinteressante**, 2015. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/comportamento/tristeza-faz-bem>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

SILVIA, C. C. da; BOSANELLO, M. A. No cotidiano das creches o educar e o caminhar caminham juntos. **Interação**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 31-36, 2002.

SLUCKIN, W.; SLUCKIN, A.; HERBERT, M. **Vínculo materno**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

SMITH, J. Desenvolvimento de identidade durante a transição para a maternidade: uma análise fenomenológica interpretativa. **Revista Brasileira de Reprodução e Psicologia Infantil**, v. 17, p. 281-299, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n1/v13n1a07.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

SOUZA, M. G. S.; PUENTE-PALACIOS, K. Validação e testagem de uma escala de autoconceito profissional. **Rpot**, v. 7, n. 2, p. 95-114, 2007.

TAVARES, J. (Org.). **Resiliência e Educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

WEBER, L. N. D. et al. Filhos em creches no século XXI e os sentimentos das mães. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 24, n. 444, p. 45-54, jan./mar. 2006.

WOLIN, S. J.; WOLIN, S. **The resilient self: how survivors of troubled families risk above adversity**. Nova York: Villard Books, 1993.

YUNES, M. A. M. Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. **Psicol. estud.**, v. 8, n. spe, p. 75-84, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722003000300010>. Acesso em: 04 jun. 2016.

YUNES, M. A. M.; SZYMANSKI, H. Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In: TAVARES, J. (Org.). **Resiliência e Educação**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 13-42.

